

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

UM NOVO MÉTODO DE DIREÇÃO

1- Na perspectiva de superar as dificuldades hoje vividas pelo Partido, não se deve transformar a avaliação do último período num ajuste de contas revanchista. Apontar os limites e erros cuja evidência, de resto, dispensam comentários, deve constituir-se em um gesto construtivo, visando sua superação. Embora a responsabilidade maior pelos erros e acertos de direção caiba à atual maioria, as minorias não podem deixar de assumir sua parte.

2- Transcorridos dois anos, verifica-se enorme distância entre a proposta vitoriosa no 8º Encontro e a realidade efetiva do Partido.

3- A nova direção, marcada pela falta de um projeto coerente e pela carência de solidariedade interna, foi incapaz de elaborar e viabilizar políticas que permitissem ao Partido superar os seus impasses organizativos e políticos. A situação, que em 93 já era preocupante, agravou-se.

4- A tendência à burocratização, à primazia da luta interna sobre a luta política e social contra nossos adversários, a desconfiança e suspeição generalizadas, afastaram ainda mais o Partido da vida e da agenda real de nosso povo.

5- O Diretório Nacional eleito neste Encontro abrirá debates, visando combater os riscos do burocratismo, sobre os seguintes temas:

I) Regulamentação de mandatos parlamentares e executivos, normas para rodízio de ocupantes de cargos públicos e para limitação de reeleição;

II) Regulamentação de processos de eleição, reeleição e rodízio de dirigentes partidários, bem como do exercício dos mandatos;

III) Exame e formulação de princípios, critérios e normas para regulamentar contratação, regulamentação e trabalho de dirigentes profissionalizados, assessores e funcionários, em todos os níveis e em todas as esferas da atividade partidária.

6- Sem deixar de reconhecer esforços e empenho de muitos, é necessário registrar que, em vários momentos, os interesses pessoais ou de agrupamentos tiveram primazia sobre o projeto coletivo do PT. Tanto no que diz respeito ao conteúdo político quanto no que se refere à disponibilidade de tempo e dedicação às tarefas.

7- Neste sentido, a montagem da nova direção deve ser encarada com a máxima seriedade, com vistas a constituir uma verdadeira equipe dirigente, capaz de coesionar e impulsionar o Partido neste momento de travessia.

8- Prioridade efetiva à tarefa de direção; capacidade de projetar e executar ações políticas; solidariedade com as decisões coletivas; visibilidade dos dirigentes, combinada com forte organicidade, são algumas das características necessárias para que a nova direção cumpra seu papel.

9- O modo como hoje se constrói a direção é federativo e freqüentemente irracional. Ele soma a representação das tendências internas, mas não expressa a inserção social do PT, nem corresponde, como deveria, às tarefas concretas que a direção terá que desempenhar. Ou seja, as regras estabelecidas para assegurar a

democracia – que é fundamental e deve ser preservada – não garantem uma direção à altura da necessidade.

10- É preciso que o núcleo dirigente expresse a inserção que o PT possui nas lutas sociais e nos movimentos organizados, assim como na oposição institucional e nos governos de esquerda. É preciso encontrar uma fórmula para que a direção seja um coletivo de fato, representativo das diferentes correntes internas e que, ao mesmo tempo, cada representante de corrente seja escolhido de acordo com um projeto de trabalho do Partido (e não apenas de sua corrente) para o período de gestão e tenha, como petista, dedicação prioritária ao seu papel dirigente e responsabilidades adequadas à sua experiência ou especialidade.

DAR DIREÇÃO AO PT

11- Para atingir os objetivos aprovados neste 10º Encontro, nosso Partido precisa superar sua crise de governabilidade e constituir uma direção que seja representativa, que constitua expressão da base social e eleitoral do Partido, que tenha um caráter nacional, para além das tendências. A nova direção tem que superar esta crise de governabilidade, tomando decisões, executando a política deliberada pelas instâncias democráticas do Partido, restabelecendo as relações entre as diferentes instâncias partidárias, principalmente entre o DN (que, em três reuniões consecutivas, em 1995, não conseguiu quórum) e a CEN, e entre esta e as bancadas parlamentares e governantes petistas.

12- A governabilidade do PT está ligada a um processo democrático de tomada de decisões, que também veja o Partido para além de suas tendências e consulte o coletivo sobre decisões políticas importantes, não apenas suas instâncias, mas também setores do movimento social, lideranças da juventude, intelectuais, empresários petistas, dando legitimidade e eficácia às decisões do Partido.

13- Também já é hora de estabilizarmos as relações entre o DN e os DR, através da criação de regionais do DN e de uma política de viagens dos membros da CEN, de parlamentares e lideranças do Partido aos estados. Estas relações devem ser democráticas e os DR devem ser consultados sobre a política nacional do Partido, o mesmo valendo para nossos prefeitos, governadores e parlamentares, que devem ser ouvidos através dos fóruns recém criados pela SNAI.

14- A governabilidade do Partido depende da constituição de uma direção que tenha legitimidade e autoridade políticas e seja capaz de formar maiorias para tomar decisões e executá-las. Esta governabilidade só será legítima se a minoria acatar e implementar as decisões tomadas pelas instâncias partidárias e a maioria respeitar os direitos das minorias.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES

15- A luta pela democratização dos meios de comunicação exige ousadia para criação e sustentação de meios alternativos.

Completamos 15 anos de vida. Este é um momento de reafirmar o desafio de consolidar um jornal nacional, capaz de coesionar os milhares de petistas, ativistas dos movimentos sociais e democratas, espalhados num país imenso e com enormes

disparidades regionais, ou ficaremos sempre à mercê das versões da grande imprensa. Precisamos avançar na sustentação de uma imprensa democrática, objetivando um jornal diário.

16 - Qualquer decisão sobre o jornal Brasil Agora deve passar por uma ampla consulta partidária, mas sua continuidade está na dependência de sua profissionalização e auto-sustentação através da venda de assinaturas, o que só acontecerá se o jornal atender às expectativas de seu público, os filiados do PT, todos aqueles que estão em nosso campo político-cultural e ainda o público ávido por uma publicação independente da grande imprensa.

17 - Este Encontro reconhece que a revista Teoria & Debate se firmou como uma revista de alcance nacional e decide que o Diretório Nacional buscará acordo com o Diretório Estadual de São Paulo para nacionalizar e bimestralizar a Teoria & Debate.

18- A Secretaria Nacional de Comunicação buscará junto com o Linha Direta, de São Paulo, e demais experiências estaduais, construir um instrumento que, ao mesmo tempo que as preserva, produzirá uma outra, que contribuirá para suprir as deficiências de comunicação em várias regiões do País.

19- É necessário constituir uma eficiente assessoria de imprensa para os dirigentes e lideranças do Partido.

20- A primeira tarefa da nova direção é a completa instalação de um sistema de ligação via fax entre os diretórios, bancadas e demais instâncias do Partido e a criação de uma mala direta com uma carta mensal ao filiado.

21- O monopólio das comunicações talvez seja um dos principais empecilhos à disputa do projeto petista de sociedade, e contra este temos nos indignado. O PT sempre tem colocado a necessidade de lutarmos pela democracia nos meios de comunicação. No entanto, devemos reconhecer que o PT, até aqui, ressentiu-se de uma política clara e ofensiva sobre esta questão. Por outro lado, desenvolvem-se na sociedade iniciativas comunitárias pela democratização das comunicações. Trata-se das inúmeras rádios livres que vêm sendo criadas, confrontando o poder público como forma de ampliar o direito da população à comunicação. No entanto, pouquíssima tem sido a participação dos petistas, particularmente de seus jornalistas, jovens e sindicalistas.

Trata-se de lutar também para que as prefeituras criem canais de TV UHF.

O PT não pode mais manter-se aquém de suas responsabilidades. Cabe ao Partido assumir esta luta como prioritária; estimular e orientar os petistas a se engajarem na campanha pela generalização das rádios livres em todos os estados brasileiros. Sendo assim, o 10º Encontro Nacional do PT delibera:

a) o PT reconhece a legitimidade das rádios livres como instrumentos que materializam o direito de informação da população;

b) as rádios livres e comunitárias são instrumentos concretos capazes de disputar parcialmente o espaço ocupado pelo monopólio das comunicações;

c) todos os Diretórios Regionais devem criar condições para que os petistas assumam a luta pelas rádios livres;

d) a Secretaria Nacional de Comunicação deve articular, urgentemente, o Partido para elaborar uma política para o movimento de rádios livres.

POR UMA POLÍTICA DE FINANÇAS DEMOCRÁTICA E TRANSPARENTE

22- A questão financeira nunca foi tratada pelo conjunto da direção nacional, e mesmo pela CEN, como prioridade e com a importância que merece, já que, além de garantir a independência do PT, é condição indispensável para atingirmos nossos objetivos como Partido. A fragilidade da estrutura de organização, comunicação, administrativa e de assessoria do DN tem origem, inicialmente, na falta de recursos financeiros. O mesmo acontece com nossas campanhas políticas, que muitas vezes não saem do papel por falta de recursos e, especialmente, com nossas campanhas eleitorais.

23- É evidente que o maior capital do PT, construído ao longo de 15 anos, são seus filiados, sua militância e simpatizantes, sua marca e nome com credibilidade e excelente imagem junto a uma expressiva parcela da sociedade. Um partido com dezenas de milhares de militantes e milhões de simpatizantes possui amplas condições de auto-sustentação financeira, através das contribuições diretas e regulares e de campanhas de arrecadação entre simpatizantes do PT.

24- No entanto, também é uma realidade a fragilidade de nossa política de finanças, voluntarista, esporádica, sem continuidade, sem planejamento e controle e, muitas vezes, confundindo politização com amadorismo, numa atividade que precisa ser profissional ao máximo.

25- A última campanha eleitoral e os últimos dois anos são um retrato da ausência de uma política de arrecadação de recursos por parte da direção nacional de nosso Partido, e o preço que pagamos foi caro, principalmente no caso das doações das empreiteiras.

26- O Partido deve, junto com sua bancada no Congresso Nacional, articular a aprovação da nova lei dos partidos, que aumenta a dotação do Fundo Partidário, garantindo uma fonte de financiamento público às atividades dos partidos políticos, além de lutar a favor de mudanças na legislação eleitoral para pôr fim à atual forma de doações sem controle, limites e transparência.

O PT definirá e tornará público, já para as próximas eleições, seus próprios critérios, limites e formas de receber doações.

27- A nova direção deve visar a implantação no Partido do orçamento participativo, cuja regulamentação constará no novo Estatuto e Regimento do Partido, e a descentralização dos recursos visando os estados e regiões mais pobres. A nova direção deverá priorizar as seguintes ações de arrecadação:

a) a partir da campanha de filiação e refiliação, cadastrar os filiados com dados socioeconômicos, para uma política de arrecadação financeira anual, que atinja a curto prazo 200 mil filiados em todo o País que, com sua contribuição anual, receberão a carteira de filiado do PT;

b) venda de material promocional do PT;

c) venda de assinaturas de jornais, boletins e revistas do Partido;

d) cartão de crédito do PT;

e) eventos com finalidade de arrecadar fundos (shows, seminários, debates, festas, rifas etc.);

f) doações.

28- O orçamento participativo dentro do Partido é a garantia de uma nova política, não apenas de arrecadação, mas também de aplicação dos recursos através da participação das instâncias petistas na definição do orçamento, em seu acompanhamento e execução, na prestação de contas mensal, com realização de auditorias periódicas e uma eficiente aplicação dos recursos por meio da contratação de serviços com qualidade, funcionários qualificados e adequadamente remunerados e permanentemente avaliados.

29- O Partido precisa ter a coragem de profissionalizar o processo de arrecadação de recursos, sob pena de não sair da situação atual, onde impera o amadorismo e a falta de recursos, num verdadeiro círculo vicioso.

30- Chegou a hora de o PT ousar na área financeira. Na situação atual, a falta de recursos inviabiliza uma política de finanças, deixando de lado um potencial de mais de 500 mil filiados, inviabilizando a comunicação política com eles, marginalizando-os das atividades partidárias, impedindo que contribuam para a definição de nossas políticas.

INTERIORIZAR O PARTIDO

31- Já é hora de interiorizar o Partido no País, sair das promessas e concretizar uma descentralização política, administrativa e financeira do PT, não apenas na criação de escritórios regionais, com condições humanas e materiais, mas também com a retomada das caravanas, de um plano de criação de Diretórios e de realização de atividades do Partido (reuniões do DN, Encontros e seminários), não somente em São Paulo e em Brasília, mas também em outros estados e regiões.

RETOMAR A CAMPANHA DE FILIAÇÃO E REFILIAÇÃO

32- Devemos retomar a Campanha de Filiação e Refiliação de forma politizada e organizada, combinando-a com a implantação do Partido nas cidades onde não temos Diretórios. O objetivo da campanha é revisitar os 700 mil filiados históricos do PT e, em um ano, atingir 200 mil no Cadastro Nacional Unificado até implementá-la em toda a sua potencialidade. O objetivo é, a partir desta Campanha, organizar a mala direta e a contribuição dos filiados em nível nacional.

RESPEITO À MILITÂNCIA, NUCLEAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA

33- É nosso objetivo dar à militância acesso às informações políticas, participação nas decisões e condições políticas para a nucleação, além do acesso à formação, não a partir de cartilhas ou vestibulares de filiação, mas na ação política nos movimentos e na participação no debate sobre as políticas do Partido em nível nacional e internacional, além da atuação local, particularmente nos governos e no Legislativo. É no debate dos problemas dos trabalhadores, dos movimentos, da economia, do País e da política do Partido que se faz a verdadeira formação política.

Deve ser dado um destaque especial às atividades culturais na formação de nossa militância.

A participação efetiva de milhares de militantes petistas nos núcleos é passo fundamental não só para resgatar nossas relações com os movimentos sociais, mas também para contribuir com a democracia interna, o que pressupõe condições de formação e informação à militância, evitando-se ainda a participação restrita aos períodos pré-encontros.

A democracia partidária só existe plenamente quando há capacitação política dos militantes. A democracia interna tem que se materializar no acesso de todo militante à informação e à formação. O 10º Encontro Nacional reafirma que o PT reserva 10% do seu orçamento para as tarefas de formação e que o DN, no prazo de 90 dias, analise e delibere sobre a política de formação permanente no Partido, inclusive sobre a criação da Escola de Formação do Partido dos Trabalhadores.

ABRIR OS DIRETÓRIOS E NÚCLEOS PARA A SOCIEDADE

34- Devemos abandonar a política internista que predomina hoje e a atenção exclusiva às atividades eleitorais, devolvendo aos Diretórios uma vida social e cultural ligadas à comunidade e aos movimentos associativos, culturais e de solidariedade que existem na sociedade. Os Diretórios devem ser um espaço social e cultural para a comunidade e um ponto de apoio para suas lutas e reivindicações.

ORGANIZAÇÃO DOS ENCONTROS

35- A reunião do Diretório Nacional, que deliberará sobre o Estatuto e o Regimento, regulamentará os encontros partidários, para que as instâncias de direção possam invalidar Encontros quando verificarem irregularidades graves.

36- O organismo partidário organizador do Encontro procurará facilitar a plena participação de todos os filiados, sem qualquer distinção, providenciando, de forma adequada, convocação, mobilização, transporte, alimentação, creche, debates e votação.

37- A organização, dinâmica e horários de Encontros não impedirão ou dificultarão a livre discussão, por todos os participantes, de todos os assuntos em pauta.

38- O organismo partidário organizador do Encontro tomará as medidas de modo a impedir qualquer forma de constrangimento à livre e legítima participação dos filiados, não permitindo o abuso do poder econômico na mobilização, no transporte e na alimentação de participantes e delegados. Os infratores, de chapas ou candidatos, terão seus registros cancelados e serão submetidos a penalidades estatutárias.

Observação:

Conforme deliberação do 10º Encontro Nacional, as emendas apresentadas relativas a Estatuto e Regimento Interno serão remetidas para a reunião de dezembro do Diretório Nacional. São relativas a:

I- Orçamento participativo também no PT;

- II- Eleição do presidente dos Diretórios do Partido;
- III- Grau de autonomia da organização da Juventude;
- IV- Setoriais com representação na Comissão Executiva;
- V- Comissão Nacional de Assuntos Educacionais passar a ser Secretaria.